

O espaço da América Latina na Política externa brasileira

Regiane Nitsch Bressan

Introdução

O presente artigo perpassou em seu estudo os governos de Luis Inácio *Lula* da Silva (2003-2010) e Dilma *Rousseff* (2011-atual) no intuito de analisar o espaço da América Latina na política externa brasileira. Ao longo do governo *Lula*, foram enfatizadas as relações regionais por meio de uma série de esforços brasileiros, conquistando determinada liderança regional entre seus vizinhos.

Desde sua posse, o presidente *Lula* enfatizou a prioridade da política externa brasileira nas relações com a região, mais especificamente com a América do Sul, propondo o fomento de estabilidade, prosperidade e união, com base nos ideais democráticos e de justiça social (*Lula*, 2003). Por conseguinte, durante os anos 2000, assistiu-se a renovação da integração sul-americana a partir da instituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), originária da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) de 2004. A criação e consolidação da UNASUL revelam vínculo estreito da política externa brasileira, corroborando para aceleração da integração regional (*Silva y Gil*, 2013).

Contemporânea à Unasul, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), significou uma nova configuração política ideológica na América Latina em relação à OEA. Nesta organização, o Brasil pode consolidar e reverberar a seus vizinhos, a resistência em relação à hegemonia norte-americana na América do Sul. Em ambos os órgãos, por representar um país chave na arregimentação destas instituições, a atuação do Brasil ganhou destaque, e o país assumiu uma posição de liderança frente aos seus vizinhos.

Assim, durante o governo Lula foi dada ênfase às relações com a região. O Brasil tentava o papel de líder regional em um contexto de crescimento da economia doméstica e êxito de políticas sociais, somado a um cenário internacional bastante favorável. O país conquistou visibilidade no plano global e no ambiente regional. Com o avanço dos governos progressistas, o país intensificou o diálogo com seus vizinhos favorecido também pelo distanciamento momentâneo dos Estados Unidos na região.

Havia a expectativa que o governo de Rousseff (2011-atual) confiasse continuidade ao esforço brasileiro nas relações regionais. No entanto, a análise da política externa de seu governo aponta enfraquecimento destas relações e a dificuldade brasileira em manter o legado construído no governo anterior.

Primeiro, a situação política e econômica domésticas comprovam a deterioração do país no nível nacional. Segundo, nos últimos anos, a política externa brasileira enfrentou dois imbróglis em suas relações regionais: a suspensão temporária do Paraguai no Mercosul e a fuga do senador boliviano Roger Molina para o Brasil, eventos os quais expressam também a dificuldade no diálogo brasileiro entre o próprio governo e corpo diplomático, Itamaraty. Terceiro, é possível identificar certa decadência dos governos progressistas na América do Sul, como na Argentina, a qual acaba de eleger um candidato de oposição, Mauricio Macri, liberal e de centro-direita. Ao mesmo tempo, surgem iniciativas como a Aliança do Pacífico, que comprovam a necessidade de alguns países em retomarem uma agenda de liberalização econômica como foi nos anos 1990. Quarto, a retomada progressiva das relações dos Estados Unidos com a região, que pode ser observada na aproximação histórica de Cuba e Estados Unidos no final de 2014, bem como nas relações bilaterais com os países vizinhos. Quinto, o próprio perfil pragmático e refreado da atual governante solapa a imagem positiva brasileira construída ao longo do governo anterior nos níveis global, regional e doméstico.

Política Externa Brasileira: Do governo Lula ao governo de Rousseff

Durante o governo de Lula, as relações internacionais brasileiras solidificaram um perfil autônomo e assertivo no contexto internacional gerando maior credibilidade e visibilidade à política externa brasileira (Pecequillo e Carmo, 2015). Foi possível identificar o retorno da agenda brasileira voltada ao hemisfério Sul, sobretudo em relação à América do Sul e às parcerias com países emergentes,

como Índia e África do Sul, cujas temáticas enfatizaram temas sociais e de desenvolvimento. O país procurou ampliar suas alternativas internacionais, reforçando em sua política externa a combinação de eixos Sul-Sul e Norte-Sul.

No tocante às relações em seu entorno regional, naquele momento, o Brasil se empenhou em revitalizar o rol do Mercosul, dando vitalidade a outras oportunidades na região. Em seu discurso de posse, Lula enfatizou como prioridade a “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e justa” (Lula, 2003). Ao assumir a Presidência do Brasil, sua intenção foi desde o início, fortalecer a integração, sobretudo da América do Sul, cuja proximidade geográfica fomentaria possibilidades em infraestrutura, no trânsito de pessoas, facilidades para investimento e comércio. Portanto, além de expandir a agenda temática do Mercosul, o líder brasileiro teve papel fundamental ao propor maior integração latino-americana, com ênfase à América do Sul nos primeiros três anos de governo. A princípio, havia a proposta de firmar um acordo entre Mercosul e Comunidade Andina, consolidando praticamente um único espaço comercial na América do Sul (Amorim, 2010). Desta forma, a sub-região foi alvo da estratégia da política externa brasileira, consistindo em uma zona preferencial para a construção de uma base regional sólida para projeção internacional (Pecequillo e Carmo, *op.cit.*).

Neste cenário, o Mercosul ganhou novo fôlego com o seu relançamento entre 2002 e 2004, que consistiu em reformas diversas, culminando, entre outros resultados, na criação do Tribunal Permanente de Revisão, com sede em Assunção. Além disso, Brasil e Argentina firmaram o Consenso de Buenos Aires (2003) em alusão ao Consenso de Washington, cujo intento foi balizar as ações dos países abrangendo temas de interesses comuns ligados às temáticas políticas e sociais, reafirmando os princípios de democracia, justiça e equidade. Neste pacto, os países prometeram coordenar seus interesses comuns, enfatizando a integração regional para alcançarem os objetivos nacionais, buscando resultados equilibrados nas negociações multilaterais (Bressan, 2012).

O claro reforço das posições doutrinárias terceiro-mundistas na política externa brasileira, somada à prioridade atribuída à integração econômica do Brasil com os países da América do Sul, levaram a um esforço diplomático para tornar o Brasil o líder da região. Assim, devido ao histórico comum, a preferência política que se conformava nos anos 2000, com as lideranças dos países vizinhos e a maior proximidade das relações e do processo de integração regional, fundiram uma plataforma coalizão internacional para temas que vão além do espectro econômico-comercial (Desiderá Neto, 2014).

A insistência sobre relações Sul-Sul permeadas neste século, denotou o universalismo presente e arraigado na política externa brasileira. O universalismo evocou autonomia decisória da ação externa diante blocos, coalizões, parcerias e prioridades sem a opção exclusivista. No governo de Lula, o universalismo foi somado à vocação globalista acerca à integração regional: a área próxima se ampliou na visão brasileira, partido do Mercosul, à UNASUL e CELAC para se transpor ao cenário mundial. O pressuposto segue sendo o papel sistêmico a desempenhar pelo Brasil nas relações internacionais através da construção de um pólo de poder regional (Cervo; Lessa, 2014). Portanto, a América do Sul revelou-se tanto prioridade estratégica, como instrumento de projeção de poder brasileira além do nível regional (Pecequillo e Carmo, *op.cit.*).

Desta forma, as ações externas estratégicas para a América Latina, ao longo do governo Lula dividiram-se entre ações de revitalização de negociações, como no caso do Mercosul, e criação de novos mecanismos de parceria, como a UNASUL e outros acordos. Ao mesmo tempo, foi possível notar o esforço na projeção global, enfocando o eixo Sul-Sul, sem excluir a relação Norte-Sul. Assim, a agenda de Lula para a região evoluiu de forma sistemática, apesar de suas contradições e limitações orçamentárias.

Houve um comprometimento brasileiro no fortalecimento das relações regionais apesar das pressões externas. Estas pressões, advindas tanto do eixo Norte, quanto do Sul, colocavam em questão algumas das pautas para integração. Houve acusação de o país exercer um “novo imperialismo” a partir das relações Sul-Sul. De caráter ideológico, as acusações do Norte advinham do núcleo do poder ocidental dos Estados Unidos e União Europeia, refletindo a crise dos poderes tradicionais e a reação hegemônica nesta retórica (Pecequillo e Carmo, *op.cit.*). Partindo dos países da região, foi possível identificar desconfiança sobre os verdadeiros interesses brasileiros, revivendo teses superadas relacionadas a um suposto imperialismo brasileiro (Oliveira, 2014).

Ainda assim, não houve consenso no plano doméstico brasileiro sobre as relações Sul-Sul, mormente nas relações regionais, havendo demandas pela intensificação nas relações com os Estados Unidos. Diversas críticas foram empregadas à estratégia brasileira de integração e busca pela liderança regional, a começar pelas cartas de intenções propostas no início de seu governo. Seus críticos apontam para uma posição passiva do país nas relações regionais, aceitando relevantes perdas econômicas para um suposto apoio à sua projeção e liderança regional (Oliveira, 2014). Estas críticas domésticas se agravaram ao longo dos anos subseqüentes ao governo de Lula, ocasionando restrição e maior dificuldade no apoio

de elites políticas e econômicas na consecução destas políticas regionais brasileiras.

O balanço do primeiro mandato de Dilma Rousseff na presidência do Brasil (2011-2014) evidencia tentativa de manutenção das linhas gerais da política externa do país, mantendo como imutável a inserção de impulso universalista, mas com retraimento da atuação propositiva e da diminuição do próprio engajamento presidencial. No ano de sua posse, Rousseff reforçou como pauta de sua política externa as mesmas dimensões empregadas por Lula, caracterizando continuidade no projeto doméstico e internacional do seu antecessor, inclusive que a política externa brasileira permaneceria com um perfil elevado e que o país viesse a consolidar um papel de potência regional neste século (Pecequillo e Carmo, *op.cit.*).

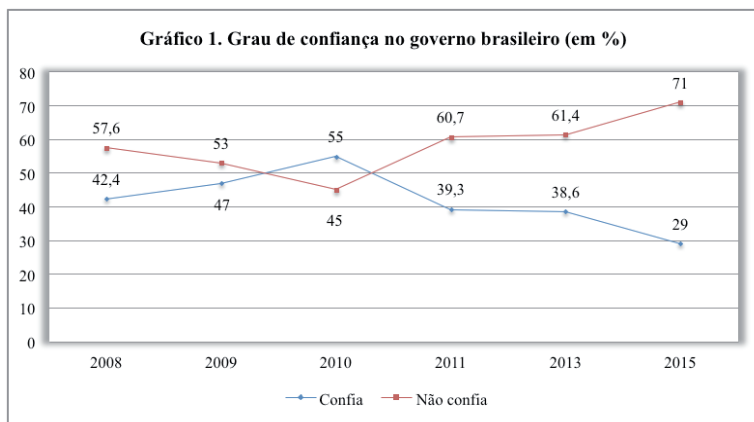
Desta forma, *a priori*, a América do Sul continuava sendo definida como uma prioridade para a política externa, constatando-se forte retórica favorável à integração regional nos discursos presidenciais e dos Ministros das Relações Exteriores no período de 2003 a 2014. Portanto, na agenda sul-americana, deveria haver perpetuação da relevância brasileira na atuação no âmbito dos projetos regionais, como MERCOSUL, IIRSA, UNASUL e CELAC; além da manutenção da agenda Sul-Sul.

Contudo, a realidade não se mostrou condizente em termos de avanço concreto da integração. Pois enquanto o governo Lula construiu uma política de alto perfil regional e global, a gestão de Rousseff apresentou um baixo perfil de ação para a região (*ibidem*). Durante no governo Lula, as críticas à política externa brasileira eram identificadas basicamente na mídia nacional, enquanto nas agências internacionais revigorava o caráter assertivo de forma positiva da agenda internacional brasileira. Por sua vez, no governo sucessor, surgiram críticas na mídia internacional a partir do baixo perfil adotado na política externa de Rousseff (*ibidem*).

A situação doméstica se deteriorou nos últimos anos pela falta de soluções do governo para os crescentes problemas econômicos do país, como a queda do PIB constante desde 2011, o processo de desindustrialização e *reprimarização* das exportações brasileiras. O contexto de enfraquecimento do Brasil culminou em muitas manifestações contrárias à situação do país em 2013, culminando inclusive em pedidos de *impeachment* por parte da população insatisfeita da presidente no ano de 2015.

Analisando a percepção da população brasileira a partir dos dados do Latinobarômetro a amostra entrevista (N: 1024), denota a insatisfação popular e falta crescente de confiança no governo ao longo do

período de 2008-2015. Atualmente, 71% da população brasileira entrevistada disseram não confiar ou pouco confiar no governo brasileiro, uma mudança significativa se comparado com 2010, quando 45% dos entrevistados disseram ter a mesma percepção.



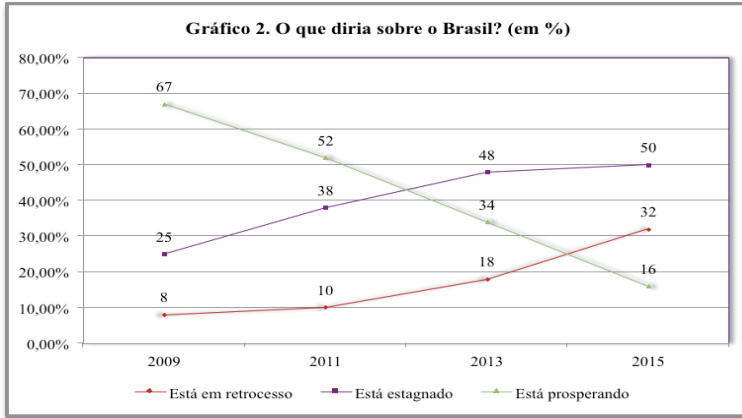
Fonte: Latinobarômetro, 2008-2015.

Diante à crise econômica brasileira, é possível notar desânimo da população diante à situação do país e falta de confiança no governo, condições que afetam a condução governamental em âmbito internacional. A taxa de desemprego se elevando paulatinamente, a desvalorização significativa do real frente ao dólar e a inflação gradual, deterioraram a situação econômica do país. Esta realidade constrata definitivamente com o crescimento que o país vivenciou anos atrás ao longo dos anos 2000, marcados pela forte expansão econômica e crescimento da classe média que disparou o consumo e corroborou com o crescimento da economia.

Somada à dificuldade econômica, a crise política é evidenciada com escândalos de corrupção na Petrobras e em outras partes do governo, envolvendo governos regionais dos principais estados brasileiros, como São Paulo, que pioraram o cenário de constrangimento à popularidade da presidente Rousseff reeleita em 2014. Quase dois de cada três brasileiros, 63% acreditam que o governo de Rousseff será ruim ou muito ruim, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ibope instituto (BBC, 2015).

Comprovando esta conjuntura de pessimismo que afeta o país, os dados do Latinobarômetro comprovam o sentimento de estagnação pela população brasileira ao longo dos últimos anos (N: 1024). Quando perguntados o que diriam sobre o Brasil, 67% dos entrevistados

afirmaram ter a percepção que o Brasil estava em progresso em 2009, diante 16% que responderam da mesma forma em 2015. Por sua vez, no último ano analisado pelo gráfico, 50% acreditam que o país está estagnado e 32% que o Brasil sofre retrocesso.



Fonte: Latinobarômetro, 2015.

Em relação à política externa brasileira, o observatório do CEBRAP (2014) compilou dados sobre o assunto dos principais periódicos do Brasil, os quais indicam que no período de setembro a dezembro de 2014, apenas 19,1% foram favoráveis à política externa adotada pelo governo Rousseff.

Na questão comercial e econômica, a balança comercial brasileira a qual era positiva com os países da região, declinou ao longo desta década em virtude da entrada chinesa nos mercados sul-americanos. Além disso, a complementaridade econômica regional mantém-se baixa, pois é composto por bens de consumo em maior proporção do que de bens de produção, sendo superado pelo comércio extra-zona. Ainda que a região sul-americana apresente oportunidades valiosas de negócios ao Brasil, pelas exportações de manufaturados, investimentos e interpenetração empresarial, ainda assim, há baixo vínculo com o mercado regional (Cervo e Lessa, 2014). A debilidade das instituições regionais e a falta de consenso estratégico dificultam a atuação dos agentes econômicos brasileiros. Somando a estes fatores, a dispersão generalizada dos modelos domésticos de desenvolvimento, das distintas percepções sobre integração regional e dos modelos de inserção internacional, enfraquecem a atuação destes atores.

Os desgastes ocasionados na política externa brasileira para a América Latina nos últimos anos podem ser vislumbrados em dois eventos

em especial, que marcam também a dificuldade no relacionamento entre o governo e os representantes diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores –o Itamaraty, reconhecido internacionalmente pelo alto perfil de atuação e manutenção histórica das linhas gerais da política externa do país.

O primeiro deles concerne ao posicionamento brasileiro diante a deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai, o qual facilitou a formalização do ingresso da Venezuela no Mercosul, levando a contestações aos rumos da política externa brasileira. Em junho de 2012, o Senado paraguaio destituiu o presidente Fernando Lugo através de um processo de *impeachment* que durou menos de 24 horas. Inicialmente, o Brasil demonstrou uma posição dúbia, e cogitou manter a posição tradicional de não interferir em questões políticas internas aos vizinhos uma vez que o golpe era fato consumado. Assim, pressionado pelos demais países do Mercosul, mormente Argentina e Venezuela, o Brasil sustentou tal decisão, até que as condições democráticas no Paraguai fossem restabelecidas.

Diante à deposição de Lugo do poder, a diplomacia brasileira manifestou neutralidade em relação ao caso, mantendo o posicionamento tradicional em não realizar interferência nas questões políticas domésticas de outros Estados, inclusive porque o suposto golpe foi legitimado pelo Congresso Nacional daquele país e aparentemente pela sua população. Contudo, diante este evento, Argentina e Venezuela baseando-se na cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia do Mercosul, vislumbraram a oportunidade ímpar de admissão da Venezuela no Mercosul, suspendendo o Paraguai no bloco.

O entrave acontecia porque o senado paraguaio era o único que não aprovava a entrada da Venezuela no Mercosul, não havendo perspectiva para tal. Alegando que a deposição presidencial de Lugo caracterizava-se como um golpe de Estado, rapidamente a Argentina realizou uma manobra política junto à Venezuela, suspendendo o Paraguai do bloco. Em seguida, o ingresso venezuelano foi ratificado em reunião extraordinária em Brasília. A situação do Paraguai com o Mercosul foi normalizada com a eleição e posse de Horacio Cartes em agosto de 2013. Do mesmo modo, o ingresso da Venezuela foi formalizado para o Paraguai com a assinatura do protocolo de adesão do país por Cartes em 05 de dezembro de 2013 e com a aprovação do Senado paraguaio no dia 10 do mesmo mês.

Outro caso emblemático concerne à fuga do senador boliviano Roger Pinto da embaixada brasileira em La Paz. Entre outras acusações, Roger Pinto estaria envolvido em um massacre indígena na província de Pando na Bolívia, ocasionando sua perseguição

política, segundo ele. Após levar sua família ao Brasil via terrestre, o senador solicitou asilo na embaixada do Brasil em La Paz. Contudo, o salvo-conduto não concedido pelo governo boliviano criou um impasse, impedindo-o de sair da embaixada brasileira, permanecendo no confinado no local por 15 meses consecutivos. Esta condição foi rompida por decisão de Eduardo Saboia, diplomata responsável pela unidade diplomática. Junto a fuzileiros navais, ele transportou Roger Pinto até a fronteira do Brasil em decisão contrária ao do Ministério das Relações Exteriores e da própria Presidência da República, que não havia autorizado o envio do carro diplomático para buscar o senador. Por fim, o imbróglgio gerou a demissão do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, o afastamento de Eduardo Saboia do cargo e uma situação constrangedora na política externa brasileira para com o governo boliviano.

Estes casos contribuíram para distinguir a diplomacia conduzida por Rousseff do governo antecessor. Aquela é considerada inferior por alguns autores (Belém Lopes, 2013; Miranda, 2015) pela dificuldade em lidar com questões sensíveis com seus vizinhos, significando recuo em relação à gestão antecessora. A erosão da capacidade de articulação entre os principais agentes da política externa brasileira e os imbróglgios diplomáticos como expressos anteriormente dificultaram a ação da presidente. Ademais, cabe notar a falta de sintonia entre a presidenta e o Itamaraty, pela qual a postura pragmática e centralizadora de Rousseff não se harmonizava ao estilo *low profile* do ex-ministro Antonio Patriota. Assim, a conjuntura doméstica e as dificuldades acima expostas parecem ocasionar o resfriamento das relações brasileiras para com a região e aos projetos de integração a ser visto adiante.

Atuação brasileira e as novas instituições regionais

Conforme mencionado, durante os primeiros anos do governo de Rousseff, a América Latina manteve-se prioritária na agenda brasileira, em consonância com a prática e o prestígio da região, herdados pelo governo Lula, somados à inexistência de grandes alterações nos eixos temáticos prioritários na agenda internacional brasileira. No entanto, podem-se notar contradições na conduta deste governo em relação à região. A retórica presidencial reforçou a manutenção da UNASUL como prioritária no interesse nacional brasileiro (Rousseff, 2014). Entretanto, a contradição pode ser identificada na inação brasileira diante esta instituição. A postura recente menos propositiva do Brasil e o esvaziamento da liderança do país na organização enfraqueceu o processo de integração sul-americano (Tokatlian, 2014).

A acusação de espionagem promovida pelo governo dos Estados Unidos levou o governo brasileiro a arregimentar o apoio de outras nações, incluindo os vizinhos da América do Sul, sustentando a ideia de defesa da liberdade e da soberania a partir das instâncias regionais, como Mercosul, Unasul e CELAC (Rousseff, 2014b), defendendo em várias instâncias e fóruns regionais a não ingerência por parte dos Estados Unidos nos assuntos domésticos na região.

Se por um lado, a influência dos EUA e o desmantelamento da proposta da ALCA contribuíram para a construção de um discurso de antagonista por parte da diplomacia regional de Luiz Inácio Lula da Silva, Rousseff encontrou um cenário distinto, marcado pela retração, mas lenta recuperação econômica da grande potência dos EUA e pelo caso confirmado de espionagem. Tal conjuntura continental induziria a um maior recuo na presença dos Estados Unidos na região sul-americana, favorecendo uma atuação brasileira mais autônoma no sentido de consolidar a esfera da Unasul.

Por sua vez, a atuação brasileira na UNASUL é ambivalente, algumas vezes é reconhecida como protagonista na condução dos destinos da América do Sul, outras vezes parece ser mero exercício de dominação. A princípio, poderia ser identificada maior disposição brasileira em financiar as iniciativas da UNASUL e em empenhar recursos materiais nos seus projetos. Todavia, face à dificuldade contemporânea de restrições orçamentárias e crise econômica, a ação brasileira pode provisoriamente se valer das múltiplas dimensões da UNASUL para exercer sua liderança sem que necessariamente haja o empenho de aportes financeiros ou materiais. Desta forma, a ausência de recursos e a carência de uma atuação mais assertiva do Brasil afetam o adensamento institucional da organização. A UNASUL pode se tornar um breve hiato entre a influência norte-americana e a recente ascendência chinesa em toda América Latina.

Diante à CELAC, a atuação brasileira está enfraquecida. Este órgão, fundado em 2011, faz frente ao papel dos Estados Unidos na região e à própria OEA. A CELAC agrega todos os países das Américas exceto EUA e Canadá, propiciando também a diminuição do isolamento de Cuba na região, tendo como principais focos o diálogo político e a cooperação entre seus membros, dando menos ênfase à economia e ao comércio.

A CELAC detém também papel importante na relação entre os países latino-americanos e a China. Em 2015, os países membros participaram da primeira cúpula CELAC-China, em Pequim. Portanto, atualmente a CELAC proporciona a possibilidade de acessar mercados latino-americanos sem a mediação dos Estados Unidos, além de lhe permitir influenciar politicamente a região.

Inclusive, a maior participação chinesa em temas políticos da América Latina pode ser verificada em vários âmbitos. O governo venezuelano considera o apoio de Pequim para lidar com a crise econômica no país. Por sua vez, o Parlamento Latino-Americano, cuja construção da sua nova sede no Panamá foi facilitada por aportes significativos chineses, mantém relações constantes com o país, recebendo estagiários chineses para atuar no órgão.

Ainda que reforce a unidade latino-americana e caribenha, a CELAC repete um padrão de iniciativas típico da região, com amplas reuniões regionais, objetivos de grandes dimensões, mas com capacidade de implantação baixa. A falta de agenda sólida para o bloco nas cúpulas regionais e a ausência de alinhamento em termos de políticas públicas entre seus membros denotam a fragilidade desta instituição. O enfraquecimento da política externa brasileira acaba por não contribuir para o fortalecimento da integração regional e de iniciativas como a CELAC.

Brasil no âmbito hemisférico e a normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba

Cabe ainda comentar as relações Brasil no âmbito da OEA, que em 2015 realizou a Cúpula das Américas a qual propagou muita expectativa com a participação cubana. O anúncio dos Presidentes Raúl Castro e Barack Obama em 17 de dezembro de 2014, quanto à normalização das relações entre Cuba e EUA, gerou expectativas positivas não apenas para os dois países mas também para toda a América Latina, ao romper décadas de divisão regional sobre a temática cubana, abrindo espaço para a discussão de temas de interesse comum para toda a região. Com a normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, houve a perspectiva de que os Chefes de Estado e de Governo da região pudessem conferir maior relevância ao tratamento das questões sociais, investindo esforços em um projeto de desenvolvimento regional que incluía as nações mais industrializadas do continente.

Por sua vez, ao Brasil, o ponto central desta Cúpula foi a conversa realizada com os Estados Unidos, cuja relação foi abalada diante a revelação de espionagem outubro de 2013. Ou seja, não houve evidente envolvimento brasileiro no estreitamento da relação entre os dois países, denotando o pragmatismo e a limitação dos interesses e das ações do Brasil com o país insular.

Desde o governo de Lula, as relações bilaterais entre Brasil e Cuba se intensificaram em relação aos governos anteriores. Politicamente, os dois países convergem em acreditar na importância da integração regional, bem como demonstram posições comuns nos principais fóruns internacionais.

Segundo a atual presidente, o Brasil tem pretensão de se tornar o principal parceiro econômico da ilha Cuba. As relações comerciais aumentaram significativamente entre 2003 e 2013, o comércio bilateral entre o Brasil e Cuba cresceu quase 580%. Somente as exportações brasileiras para Cuba quadruplicaram na última década, chegando a 450 milhões de dólares, alçando o Brasil ao terceiro lugar na lista de parceiros, somente atrás de Venezuela e China. A tendência é um aumento deste comércio com a participação da ilha no comércio regional, tornando sua população um mercado em potencial para empresas brasileiras (Carta Capital, 2014).

No governo atual, Rousseff fez duas visitas oficiais a Cuba, a última quando ela inaugurou junto ao presidente Raúl Castro, as obras de modernização do porto de Mariel, fomentadas pela agência de investimento brasileiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto o qual se tornou o primeiro terminal de contêineres do porto no Caribe, é o principal porto de Cuba, consistindo em uma estrutura fundamental para a integração do país caribenho na economia global. A proposta de criação de uma Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) na região de Mariel, orientada para a exportação, deve também estimular o aumento da presença de empresas brasileiras em Cuba. O porto está menos de 150 quilômetros do maior mercado do mundo, Estados Unidos. Com o fim do embargo dos EUA à ilha, Cuba poderá ser estratégica para as companhias brasileiras por conta de sua posição geográfica.

Com profundidade significativa, o porto de Mariel está preparado para grandes navios, com capacidade incomparável com muitos portos da região, inclusive da costa dos EUA. Ademais, a modernização de Mariel é concomitante à ampliação do canal do Panamá, recebendo navios que transportam até o triplo da carga dos navios atuais (BBC, 2014).

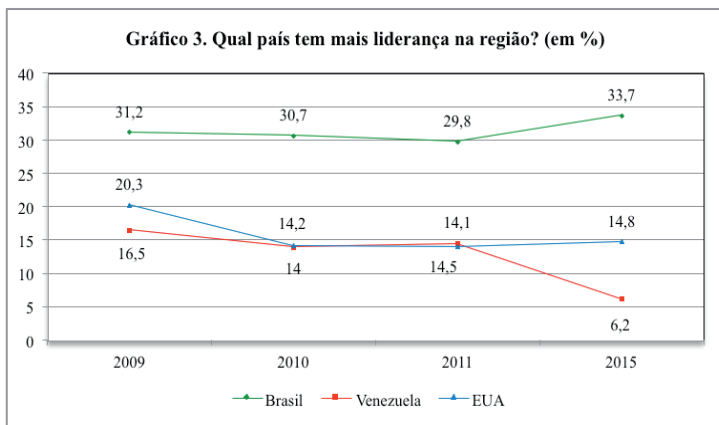
A recente intensificação das relações bilaterais também se expressa através da participação de profissionais cubanos no programa brasileiro "Mais médicos", responsável pelo envio de quase quatro mil médicos cubanos chegaram ao Brasil somente em 2013. Embora sejam evidentes as mudanças na política externa Rousseff em comparação ao seu anterior, o pragmatismo atual mantém os interesses brasileiros na ilha expressando a importância de todo o Brasil e Cuba região.

Finalmente ao distinguir Cuba em uma parceria importante, o Brasil amplia sua área de influência nas Américas em um ponto no qual os Estados Unidos ainda exerce pouca influência. O fim do embargo dos EUA depende diretamente do Congresso estadunidense, cuja bancada latina mostra-se bastante contrária ao restabelecimento desta relação. Portanto, no vácuo dos EUA, a influência brasileira no país insular tende a crescer.

Ainda assim, o Brasil deveria transpassar sua estratégica pragmática com Cuba, atuando para corroborar relações políticas e sociais do país com região. Desta forma, favoreceria tanto a integração de Cuba com os demais países latino-americanos, como facilitaria o estreitamento das relações Cuba e Estados Unidos, que ganharam fôlego a partir de dezembro de 2014, mas que necessitam de um país com solidez regional para ajudar a findar o embargo econômico ao país insular tão maléfico à toda a região.

A falta de liderança Brasileira na Região

Corroborando com as intenções pretéritas do governo brasileiro, as populações dos países latino-americanos apostam na suposta liderança brasileira quando comparada com os demais Estados. Quando indagados sobre “Qual país tem mais liderança na região”, entre 2009 e 2015 (Latinobarômetro, 2015) a liderança brasileira manteve-se pioneira em relação à aos demais países das Américas. Em 2015, 33,7% dos entrevistados (N: 2024) afirmaram ser o Brasil, muito acima dos Estados Unidos e Venezuela, conforme mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Latinobarômetro, 2015.

Ainda que exista esta percepção bastante positiva da imagem brasileira diante à região, o Brasil parece apresentar uma relação ambivalente. Enquanto em alguns momentos, ao Brasil avoca-se o papel de liderança, mormente no governo de Lula, parecendo assumir os custos políticos e econômicos deste protagonismo, em outras situações, atua internacionalmente como um ator isolado, sem representar verdadeiramente a região e sua pluralidade. Este arranjo na política externa brasileira demonstra que o Brasil mantém influência regional sem ceder autonomia na atuação internacional, confirmando os limites das iniciativas de integração regional de que o país participa.

Da mesma forma, o fortalecimento de inserção internacional com aspirações de liderança pressupõe a atenção e a concentração de esforços do Brasil na UNASUL. O estratégico empenho brasileiro na consolidação de uma instituição de concertação dos Estados sul-americanos é imperioso, pois este bloco representa uma valiosa oportunidade para a consolidação da liderança e soerguimento de um canal institucional de anteparo à crescente influência da China e aos tradicionais interesses dos EUA na região.

A entrada da Venezuela ao Mercosul propiciou ao Brasil maior influência regional e diversos ganhos individuais, ao intensificar as relações econômicas, comerciais, políticas, sociais e culturais entre eles, proporcionando também maior vínculo geográfico nesta região, distante originalmente do eixo do Mercosul. Contudo, o feito não foi suficiente para arregimentar a liderança brasileira nesta região. Inclusive, observa-se distanciamento brasileiro diante às dificuldades domésticas tanto políticas como econômicas no país vizinho na atualidade.

Além disso, é possível observar também diversas críticas ao posicionamento brasileiro. Ainda que exista o intento de liderança natural na região, não é possível identificar o custeio ao exercício desta liderança. Ou seja, o país atua de forma ambivalente na região, algumas vezes representado liderança regional, outras vezes retraindo-se diante seus vizinhos e no escopo das organizações regionais diante as instituições globais.

Tal atitude histórica brasileira diante os projetos regionais, em manter autonomia nacional em relação à região, é facilitada pela estrutura institucional que geralmente estas organizações ofertam. Portanto, apesar de uma mudança significativa do governo brasileiro a princípio, apresentando uma maior disposição em realizar aportes aos custos da integração esta ainda é muito limitada (Oliveira; Mariano; Barreto, 2014).

A responsabilidade por 70% do aporte feito ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem) foi bastante importante. Contudo, os esforços econômicos e diplomáticos não foram suficientes para o avanço da integração no nível, implicando em impedimento para que o Brasil se coloque como principal motor da integração (Barnabé, 2013).

De forma geral, a diplomacia brasileira demonstra relutância para assumir custos políticos e econômicos nos projetos regionais, inclusive no caso do Mercosul. Ainda que novas iniciativas de financiamento brasileiro tenham contemplado projetos regionais, identifica-se resistência em promover em maior escala os fundos para o financiamento da integração, considerados essenciais para as estratégias comerciais, desenvolvimento da infraestrutura e amenização dos impactos econômicos e sociais gerados pela transformação da economia regional.

Assim, a agenda brasileira para a integração da América Latina, particularmente no que tange à pretensão pela liderança no subcontinente, também teria entrado em crise neste período, tendo em vista a resistência desta gestão em assumir o papel de financiador deste projeto de regionalização (Belém Lopes, 2013).

A conduta do governo brasileiro nesta gestão atrela-se à lógica realista, de preservação irrestrita da soberania nacional, enfraquecendo a consolidação regional necessário para aprofundar o regionalismo sul-americano e induzir novas racionalidades econômicas em benefício de todos. Portanto, a diplomacia brasileira desenvolveu uma retórica integracionista de alto impacto pela construção da UNASUL e demais instâncias regionais, mas desprovida de demonstrações práticas, tais como investimentos maciços em projetos comuns que beneficiem os parceiros sul-americanos. A ruptura no discurso de Rouseff denota a desistência da intenção nacional em desempenhar liderança regional dado o custo deste papel a partir da lógica pragmática da diplomacia ativa e diversificada de sua administração.

A criação da Aliança do Pacífico entre México, Colômbia, Peru e Chile, colocou em pauta as implicações deste projeto ao Brasil na América Latina. Ainda que o esquema não implique na dissolução dos demais projetos regionais, pode impactar na agenda comercial sul-americana, ocasionando inclusive fragmentação regional, esta Aliança faz frente à atuação brasileira tanto em termos bilaterais, quanto aos processos de integração como Mercosul e Unasul (Ruiz, 2012). Ademais, ao expandir as relações econômicas em direção aos países do Pacífico, denota a retomada do modelo de regionalismo aberto e liberalização comercial defendido pelos países envolvidos no acordo (Luciano e Bressan, 2015).

Existe um argumento forte de que a Aliança do Pacífico seria uma reação instintiva dos Estados participantes em instituir um contraponto ao Brasil. A soma do peso econômico dos seus países equivale ao peso econômico brasileiro. Desta forma, esta nova união denota a necessidade de balancear o peso assimétrico do Brasil na região, inclusive porque os Estados sul-americanos da Aliança do Pacífico –Colômbia, Chile e Peru– foram justamente aqueles que demonstraram maior resistência às iniciativas brasileiras em marcha na última década (Ruiz, 2015).

O papel de liderança exige representação dos interesses regionais, possibilitando consenso o avanço regional. Ainda que o Brasil não assumia sozinho tal responsabilidade, o país apresentava em algumas circunstâncias, um peso diferenciado, portando-se como porta voz da região perante outros países e instituições internacionais. Tal atitude e percepção de “liderança natural” do Brasil são interpretadas como necessária à região. Todavia, diante à ineficiência brasileira neste papel, sua atuação reacende desconfianças, animosidades antigas, e pode gerar reações contrárias e de oposição dos países vizinhos.

Portanto, para exercer tal liderança, seria imprescindível que o país transpassasse suas limitações materiais atualmente vigentes no tocante à condução da política externa, reposicionando a retórica presidencial acerca do seu protagonismo regional, empenhando recursos no fortalecimento dos projetos regionais, formatando assim uma nova expressão de sua inserção internacional, perdida ao longo do governo de Rouseff.

Considerações Finais

O artigo demonstra que houve uma alteração importante no quadro da política externa brasileira para a região, devido a fatores do plano doméstico, regional e global. Ainda que se caracterizem como governos progressistas e intentem garantir continuidade em suas políticas, os presidentes Lula e Rouseff revelaram atuações bem distintas no plano internacional, com diferentes desdobramentos nas relações regionais.

Ao longo do governo Lula (2003-2010), a projeção brasileira foi fruto da liderança pessoal do presidente e do chanceler Celso Amorim em um cenário internacional bastante favorável, com a emergência de diversos governos populistas em toda região, afastamento da atuação estadunidense na região sul-americana, valorização das *commodities* e situação doméstica favorável. Naquele período, foi dada prioridade à América do Sul pelo governo do Brasil, proporcionando aceitação da

liderança brasileira na região mesmo entre os países sul-americanos de distintos matizes ideológicos, a qual facilitou o lançamento do país como potência regional em esfera global (Pecequillo e Carmo, 2015).

A estratégia brasileira em priorizar a América Latina proporcionou a intensificação das relações com os países da região em um contexto favorecido pela criação da Unasul e CELAC. Pela percepção popular latino-americana, o Brasil ocupou a primeira posição quando perguntados sobre a principal liderança regional, comprovando o prestígio brasileiro conquistado durante o governo de Lula.

Os objetivos de desenvolvimento nacional e consolidação como potência regional estiveram presentes na retórica do governo sucessor, bem como a estratégia de diversificação nas parcerias comerciais, tanto regionais, como na lógica sul-sul. Entretanto, os esforços empregados foram muito menores justificado pelo perfil presidencial contido e pouco empático de Rouseff.

Alguns fatos expõem a decadência da política externa do governo atual à região e o desmantelamento do intento de líder regional. Primeiro, a crise doméstica brasileira, tanto em termos econômicos, como nas questões políticas, levam muitos atores nacionais importantes a atuarem na oposição. Da mesma forma, o desgaste da imagem do governo pela percepção popular e crença no declínio do país, afeta fortemente a confiança e apoio às políticas nacionais e externas pela população brasileira. Por sua vez, é notória a fragilidade diplomática atual, dado que a convergência entre a diplomacia presidencial, as atuações do assessor para assuntos internacionais, do ministro das Relações Exteriores e do próprio Itamaraty se esfacelaram. Os dois eventos que marcaram a política externa brasileira para a região nos últimos anos: suspensão do Paraguai e fuga do senador boliviano comprovam esta conjuntura e evidenciam o desgaste brasileiro nas relações regionais.

A crise dos governos progressistas, como na Argentina e Venezuela, e divisões regionais vivenciadas, muitas vezes, pelas divergências ideológicas, ocasionam o enfraquecimento dos projetos regionais e, portanto, limitam a projeção brasileira em seus escopos. Recentemente, o novo rumo na política argentina com a eleição presidencial de Maurício Macri –marca as mudanças ocasionadas pela deterioração destes governos.

A crise internacional ao afetar individualmente os países vizinhos, evoca soluções diversas, como a retomada de relações com países afora à região, bilateralmente ou em bloco. Alguns países sul-americanos intentam também recuperar as relações com os Estados

Unidos, o qual se restabelece domesticamente da crise de 2008. Assim, o surgimento de projetos como a Aliança do Pacífico e o avançar da APEC, consolidam as relações de determinados países da região para atuarem com mais força e realizarem mais acordos com países afora, debilitando a atração que o Brasil exercia em seu entorno.

No caso do Mercosul, cabe notar que o perfil pragmático da atual governante brasileira, conduz a política externa brasileira para maior aproximação com os países do Norte de um modo geral. Com isso, retornou à pauta o Acordo Mercosul-União Europeia, inclusive como instrumento para a retomada e fortalecimento do Mercosul como bloco comercial, diferente do que se emanava ao longo do governo Lula, um bloco econômico, político e social.

Longe de representar o papel de líder regional, a política externa brasileira merece ser relançada, tomando um novo fôlego que aclare as linhas de atuação do governo atual. A partir disso, a intensificação das relações regionais e empenho nos blocos regionais, dependem dos esforços políticos em superar as dificuldades e limitações domésticas, enfrentando também os novos rumos e transformações designados à América Latina neste momento.

Referências Bibliográficas

- Amorim, Celso (2005). "A política externa do Governo Lula", *Plenarium*. Dossiê: Política Externa Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005, Ano II, n. 2, nov. 2005.
- Amorim, Celso (2010). "Sem medo de decidir". In: *A nova política externa. 2003-2010: o Brasil em transformação*. Volume 4. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Barnabé; Israel Roberto (2013). "Do ABC ao ABV: o eixo Argentina, Brasil e Venezuela na integração da América do Sul. Argentina, Brasil e Chile –as propostas do ABC". In: Ingrid Sarti, Daniela Perrotta, Mônica Leite Lessa, Glauber Cardoso Carvalho (Orgs) *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. E-book. V.1. Rio de Janeiro: Perse.
- Belém Lopes, Dawisson (2013). "Titubeios e tergiversações: epitáfio para a era Patriota". *Revista Inteligência*. n. 62, pp. 72-81, 2013. Disponível em: <http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf6.pdf>
- Bernal-Meza, Raúl (2015). "Alianza del Pacífico versus ALBA y Mercosur: Entre el desafío de la convergencia y el riesgo de la fragmentación de Sudamérica". En: *Pesquisa & Debate*, vol. 26, número 1 (47), pp.1-34, jan-mar.

- Bressan, Regiane Nitsch (2012). "A integração sul-americana e a superação da pobreza. Uma abordagem pela percepção das elites", 227 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-104158/publico/2012_RegianeNitschBressan.pdf
- Bressan, Regiane Nitsch; Luciano, Bruno Theodoro (2014). "A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico". En: *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*. GT 24 – Mundo em Transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação. Caxambú: ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 2014. Recuperado de: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1272%3AAais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1214%3A38-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=456
- BBC, (2014). "EUA-Cuba: Brasil tem 'ganho político', mas benefício econômico 'ainda é incerto'". São Paulo, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141218_cuba_brasil_ganha_lgb_rc. Acessado em 05 de dezembro de 2015.
- BBC (2015a). "Dilma vai a primeira cúpula regional após acerto Cuba-EUA". 28 de janeiro de 2015. Recuperado de: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150127_CELAC_apresentacao_jf
- BBC (2015b). "Por qué ocurre lo impensable: los brasileños se han vuelto pesimistas". 05 de maio de 2015. Recuperado de: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/10/151002_fooc_brasil_pesimismo_gl
- Carta Capital (2014). "Por que o Brasil está certo ao investir em Cuba". 28/01/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/por-que-o-brasil-esta-certo-ao-investir-em-cuba-1890.html>. Acessado em 07 de dezembro de 2015.
- Cervo, Amado Luiz (2008). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva.
- Cervo, Amado Luiz; Lessa, Antônio Carlos (2014). "O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(2), 133-151. Retrieved October 01, 2015. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292014000200133&lng=en&lng=pt.10.1590/0034-7329201400308
- Cienfuegos, Manuel y José Antonio Sanahuja, (Coords.) (2010). *Una región en construcción: UNASUR y la integración en América del Sur*. Barcelona: CIDOB.
- Comunidade Sul-Americana de Nações. (2006). Recuperado de: <http://www.comunidadsudamericana.org>. Acesso em 10 de outubro de 2014.
- Cornelet, João Marcelo Conte (2014). "A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade". *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, jun.-jul. 2014.

- Desiderá Neto, Walter Antonio (2014). "O funcionamento do Mercosul como coalizão internacional no governo Lula (2003-2010)". In: 38º Encontro Anual da ANPOCS. GT 24 – Mundo em Transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação. Anais. Caxambú: outubro de 2014.
- Fuccille, Alexandre; Mariano, Marcelo Passini; Ramanzini Jr., Haroldo (2015). "O Brasil e a América do Sul: o governo Dilma (2011-2014) e a integração no subcontinente". En: Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs. GT 24 – Mundo em Transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação. Caxambú: ANPOCS, 26 a 30 de outubro de 2015. Recuperado de: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1411:teste-prog&catid=1018:fontes-de-pesquisa&Itemid=150
- Latinobarómetro (2015). Análisis de datos. Recuperado de: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>
- Luciano, Bruno Theodoro; Bressan, Regiane Nitsch Bressan (2015). "Percepções e reações brasileiras à Aliança do Pacífico: contrapeso ou convergência?". Trabalho Apresentado no 8º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Lima, Julho de 2015.
- Lula, Luís Inácio da Silva (2003). Discurso de Posse do Primeiro Mandato. Biblioteca da Presidência da República. Brasil. Recuperado de: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>
- Miranda, Samir Perrone; Ribeiro, Camille Amorim Leite (2015). "A América do Sul na política externa de Dilma Rousseff: continuidades e rupturas", Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política. Estado e Democracia em Mudança no Século XXI. Porto Alegre: UFRGS. Recuperado de: <http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/PERRONE-MIRANDA-2015-A-Am%C3%A9rica-do-Sul-na-pol%C3%ADtica-externa-de-Dilma-Rousseff.pdf>
- Miranda, Samir Perrone de (2014). "A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)". Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- Pecequillo, Cristina Soreanu e Carmo, Corival Alves do (2015). O Brasil e a América do Sul- Relações regionais e globais. Rio de Janeiro: Ed. Altabooks.
- Oliveira, Marcelo Fernandes (2014). "A Política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-010): Um exercício de Autonomia pela Assertividade?" In: IX Encontro da abcp. estudos de política externa. Anais. Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014.
- Oliveira, Marcelo Fernandes de; Mariano, Marcelo Passini; Barreto, Lis (2014). "América do Sul: regionalismo, democracia e desenvolvimento". En: Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs. GT 24 – Mundo em Transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação. Caxambú: ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 2014. Recuperado de: <http://portal.anpocs.org/portal/>

- Rousseff, Dilma (2014). “Discurso na Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)”. 05 de dezembro de 2014. Recuperado de: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cupula-extraordinaria-da-uniao-das-nacoes-sul-americanas-unasul>. Acessado em 26 de maio de 2015.
- Rousseff, Dilma (2011). “Discurso da Presidenta da República. Dilma Rousseff, por ocasião de reunião extraordinária da Unasul”, Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2011b. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br>
- Rousseff, Dilma (2013). “Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma 2011-2013 do Instituto Rio Branco”, Ministério das Relações Exteriores, Brasília: MRE, 2013. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br>
- Rousseff, Dilma (2014). “Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da segunda sessão de trabalho da Cúpula do Brics e de países da América do Sul”, Ministério das Relações Exteriores, Brasília: MRE, 2014. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br>
- Ruiz, José Briceño (2014) “*El ALBA: Una discusión de su modelo, sus resultados y sus perspectivas*”. En: Serbin, Andrés; Laneydi Martínez & Haroldo Ramanzini Júnior (coords.) *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe*, No. 10. Buenos Aires: CRIES.
- Sanahuja, José Antonio (2015). “*Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR*”. In: Serbin, Andrés, Laneydi Martínez y Haroldo Ramanzini Júnior (coords.) *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, No. 9. Buenos Aires: CRIES, 549 p.
- Silva, Inês dos Santos; Gil, Aldo Duran (2013). “A política externa do Governo Lula frente à União de Nações Sul-Americanas (Unasul)”. *Horizonte Científico*, Uberlândia: UFU, vol 7, n. 1, setembro de 2013.
- Tokatlian, Juan Gabriel (2014). “¿Unasur pierde el Norte?”, 23 de abril de 2014. Recuperado de: http://elpais.com/elpais/2014/04/23/opinion/1398278994_215974.html. Acessado em 26 de maio de 2015.
- Unión de Naciones Suramericana (2015). *UNASUL*. Recuperado de: <http://www.unasursg.org>. Acessado em 26 de maio de 2015.
- Vigevani, Tullo y Gabriel Cepaluni (2007). “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: 29 (2), p.273-335.
- Vigevani, Tullo y Haroldo Ramanzini Júnior (2010). “Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: Uma análise considerando a posição do Brasil”. *Debates*, n. 27. Buenos Aires: Clacso, p.46-65.

Viola, Eduardo (2005). "Transformações na posição do Brasil no sistema internacional (1990-2005)"; Plenarium. Dossiê: Política Externa Brasília. Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação.